Borba
município

# ATA Nº7

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## DE BORBA

## REALIZADA NO DIA VINTE DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE

-------Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e quinze minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

PONTO UM: Período Antes da Ordem do dia----------

--------PONTO UM PONTO UM: Leitura do Expediente----------

--------PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia----------

PONTO DOIS: Período para intervenção do público----------

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia----------

--------PONTO TRÊS PONTO UM Análise conducente à aprovação da ata nº 4 da sessão ordinária vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze. ----------

-------PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da ata nº 5 da sessão extraordinária de vinte e cinco de abril de dois mil e catorze. ----------

-------PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da ata nº 6 da sessão ordinária de vinte e oito de abril de dois mil e catorze. ----------

-------PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais para: ----------

a) Prestação de Serviços relativos a Higiene e Segurança no Trabalho.----------

b) Concurso de Aluguer de 2 Equipamentos Multifunções por 38 meses.----------

-----PONTO TRÊS PONTO CINCO: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais para: ----------

a) Prestação de Serviços de Cobrança de Débitos Diretos (Sistema de Débitos Diretos SEPA CORE). ----------

b) Concurso Público para Prestação de Serviços de Seguros.----------

-----PONTO TRÊS PONTO SEIS: Monotorização e Acompanhamento do PAF integrado no PAEL- 1º Trimestre de 2014 (Título informativo).----------

-----PONTO TRÊS PONTO SETE: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira----------

--------Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata:-------

-------- **O Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da sessão e solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Célia Maria Matos Alpalhão; Pedro Manuel Alpalhão Bilro; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Francisco José Ramalho Mendes; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; Maria Gabriela Ramos Cabral Coelho; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; António Joaquim Moura Lopes; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Manuel António Barroso Alpalhão; João António Ameixa Morgado.----------

-------- Verificou-se a ausência dos membros: João Miguel Cordeiro Geadas Letras, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.1**) e foi substituído pela senhora Maria Gabriela Ramos Cabral Coelho; Pedro Manuel Lopes Grego, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.2**) e foi substituído pelo senhor António Joaquim Moura Lopes; Quintino Manuel Primo Cordeiro, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.3**) e foi substituído pelo senhor Manuel António Barroso Alpalhão. ----------

Borba
município

-------- Seguidamente pediu aos Senhores deputados Maria Gabriela Ramos Cabral Coelho, António Joaquim Moura Lopes e Manuel António Barroso Alpalhão que procedessem à tomada de posse.-----

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia----------

-------- PONTO UM PONTO UM: Leitura do Expediente----------

------ **O 2º Secretário da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes e informou que o que havia de mais relevante a assinalar, era um *mail* recebido, com uma minuta de protocolo, na sequência de uma reunião havida em Campo Maior, sobre a aquisição de um Equipamento de Ressonância Magnética para o Hospital de Santa Luzia de Elvas, na qual esteve presente o senhor presidente da Assembleia Municipal, e representantes de cinco Câmaras Municipais. Informou ter sido enviado pelo senhor presidente da Assembleia Municipal um *mail* com sugestões de alteração à minuta de aquisição do referido equipamento. ----------

Salientou, a receção de um convite por parte da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, a todos os membros da Assembleia Municipal, para a participação no "Décimo Encontro Nacional dos Rios de Moinhos". Informou ter sido o referido convite distribuído por todos os senhores deputados constituintes daquela Assembleia. ----------

-------- Seguidamente informou que, como habitualmente, as pastas de correspondência estavam presentes para quem as quisesse consultar.----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** efectuou um resumo das duas reuniões tidas, respetivamente em Elvas e Campo Maior, sobre a aquisição de um Equipamento de Ressonância Magnética para o Hospital de Santa Luzia em Elvas, nas quais participaram os senhores comendadores Rui Nabeiro e Rondão de Almeida, e representantes de cinco concelhos limítrofes. --

-------- Disse, " ...todos achávamos bem a aquisição do equipamento da Ressonância Magnética (...) procurámos informar-nos (...) rentabilidade da ressonância magnética (...) garantiram-nos que era rentável, mas nós (Município de Borba) apresentámos uma contra proposta que visava essencialmente (...) e dado que hoje em dia, a grande preocupação ... com a saúde é o aparecimento das neoplasias do tubo digestivo, (...) que simultaneamente ou em alternativa,

fizéssemos em Elvas um centro de alta especificidade, no que diz respeito (...) às endoscopias digestivas, já que a partir dos cinquenta anos, todas a endoscopias, tanto altas como baixas, são necessárias, para diagnosticar precocemente cancros, e sendo assim se o diagnóstico fosse precoce, aumentávamos a população das salas de cirurgia (...) beneficiávamos a atividade do Hospital de Elvas (...) ". Acrescentou que as sugestões entregues " (...) não tinham sido entendidas assim (...) ". Continuou" (...) o processo já estava em andamento e não inviabilizando futuras intervenções no sentido do que foi proposto, optou-se então somente pela aquisição do Equipamento da Ressonância Magnética". ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** cumprimentou todos os presentes, congratulou-se com a presença de mais uma mulher no plenário. ----------

------- A seguir referiu não ter nada contra aquele assunto, disse" (...) antes pelo contrário", e explicou que há uns anos atrás o Município de Borba tinha participado na compra de um "TAC MULTICORTE" para o Hospital de Santa Luzia em Elvas. Tendo, seguidamente, acrescentado que na sua opinião antes de fazer o investimento na aquisição de um equipamento destinado ao Hospital de Santa Luzia, em Elvas, era necessário salvaguardar o acesso dos utentes do Serviço Nacional de Saúde de Borba ao serviço do Hospital em causa, em consequência, segundo disse," (...) das (...) guerras, (...) confusões, que existem entre o Hospital de Elvas e as ARS's (Administração Regional de Saúde) (...) ". ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** informou ter sido a questão do investimento a realizar pelo Município de Borba na aquisição do referido equipamento devidamente analisada e ponderada e disse " (...) foi garantido que era rentável. No que respeita à acessibilidade pelos utentes do Município de Borba ao Hospital de Elvas, (...) o qual há dois meses esteve bloqueado, está atualmente totalmente desbloqueado (...) ". ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** recordou que aquela posição já tinha sido tomada no passado, mais concretamente no momento em que o município de Borba comparticipou a compra do "TAC MULTICORTE". Acrescentou ser, na sua opinião, " (...) lamentável que fossem as Autarquias (...), e não o Governo Central, (...) a pagar a aquisição daquele tipo de equipamentos (...) ". ----------

Borba
município

-------- **O presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos os presentes e disse não ser aquele processo novo, acrescentando que muitas vezes as situações têm de ser moldadas á realidade.--------

------- De seguida, explicou ter o assunto, agora em discussão, sido precedido de duas reuniões, no passado recente.----------

--------Referiu ter tido uma dessas reuniões lugar em Elvas, e terem participado da mesma, representantes de sete municípios (Alandroal, Borba, Campo Maior, Elvas, Estremoz, Monforte e Vila Viçosa), o Dr. José Robalo - Presidente da Administração Regional de Saúde, a responsável da ULSNA – Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, e ter ficado " (...) mais ou menos definido (...) ", puderem os utentes do Serviço Nacional de Saúde dos concelhos de Alandroal, Borba, Estremoz, e Vila Viçosa, referenciados na ARS - Administração Regional de Saúde de Évora, usufruir dos serviços prestados pelo Hospital de Santa Luzia - Elvas. ----------

--------Continuou explicando que " (...) passados três meses (...) " a situação voltou ao início. Tendo na sequência, segundo disse, havido nova reunião, no Alandroal, com os responsáveis dos municípios atrás referidos, e o líder do processo, o Comendador Rondão de Almeida, da qual resultou a decisão de agendar nova reunião com o senhor Dr. José Robalo, e fazer uma petição em defesa do Hospital de Santa Luzia - Elvas e dos Direitos dos Doentes aos Serviços de Saúde, a qual foi posteriormente, entregue na Assembleia da República. ----------

-------- Informou ter sido a petição, antes referida, discutida no passado dia dezassete de junho na Assembleia da República. ----------

--------No seguimento disse, ter existido posteriormente outra reunião, na qual estiveram presentes responsáveis da ARS do Alentejo, da Unidade de Saúde do Norte Alentejano e representantes dos concelhos que participaram nas reuniões anteriores. Tendo, nessa reunião, sido decidido que seria apresentada uma alteração à rede de referenciação, a qual permitiria que os concelhos de Borba, Vila Viçosa, Estremoz e Alandroal, pudessem pertencer à área de influência da unidade hospitalar de Santa Luzia – Elvas, e usufruir os utentes do Serviço Nacional de Saúde desses concelhos dos serviços da referida Unidade Hospitalar. ----------

A seguir informou que em reunião datada de dia vinte e seis de maio, destinada à "Aquisição de um

Equipamento de Ressonância Magnética para o Hospital de Santa Luzia", participaram os seguintes autarcas: *Presidente da Câmara Municipal de Elvas; Presidente da Assembleia Municipal de Campo Maior; Presidente da Câmara Municipal de Estremoz; Presidente da Câmara Municipal de Borba; Presidente da Assembleia Municipal de Borba; Presidente da Câmara Municipal do Alandroal; Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa; Presidente da Câmara Municipal de Monforte*; *Presidente da Assembleia Municipal de Monforte.* Na qual, segundo disse, ficou decidido procederem à elaboração de minuta de protocolo para aquisição do referido equipamento.----------

--------Referiu ter o município de Borba, mais propriamente o senhor presidente da Assembleia Municipal, enviado sugestões para alteração da minuta de protocolo de aquisição do equipamento antes mencionado. ----------

Disse ter reunido com o Diretor do Centro Saúde de Borba, com a finalidade de lhe expressar a sua apreensão com o facto de existir um número elevado de utentes, do Serviço Nacional de Saúde - Centro de Saúde de Borba, sem médico de família atribuído, tendo o referido Diretor, segundo afirmou, garantido que durante o presente mês viria um médico, o que permitiria equilibrar a referida situação. ----------

-------- Referiu concordar " (...) com o senhor doutor Sá (...) " quando disse que na sua opinião era grave terem de ser os municípios a financiar os equipamentos para o Serviço Nacional de Saúde funcionar menos mal. ----------

------- Relativamente à "aquisição do equipamento de Ressonância Magnética para o Hospital de Santa Luzia - Elvas", disse estar previsto ser a sua aquisição financiada por várias instituições, nomeadamente Fundos Comunitários, Fundação Coração Delta e pelos sete municípios que participaram nas referidas reuniões. Acrescentou que em princípio o montante a financiar por cada município seria de aproximadamente dez mil euros, e estar o município de Borba disponível para financiar, caso fosse necessário, um valor mais elevado. ----------

-------- Salientou ser aquela a posição da Câmara Municipal de Borba, representada por ele, em respeito pela saúde e pelos doentes que necessitam de cuidados médicos. ----------

-------- Disse ser lamentável que as pessoas se queiram aproveitar politicamente da desgraça dos outros. ----------

-------- **O deputado João Pedro Paulo** cumprimentou todos os presentes e partilhou a opinião manifestada pelos anteriores intervenientes, nomeadamente quando referiram ser " (...) lamentável que tivessem que ser os municípios a assumirem aquilo que é responsabilidade do Estado Português, mais concretamente aquilo que são as responsabilidades do Ministério da Saúde (...)". -

-------- Relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, disse ser o mesmo financiado com os impostos pagos pelos portugueses. ----------

-------- Seguidamente referiu duas questões, que na sua opinião não tinham ficado devidamente esclarecidas, o acautelamento de quais os serviços que iam encerrar no hospital de Elvas, e relativamente ao atendimento da população de Borba, perguntou se estavam garantidas as condições para que a população de Borba pudesse usufruir dos serviços prestados pelo Hospital de Santa Luzia - Elvas. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** disse terem sido acautelados os serviços de internamento e assistência no Hospital de Santa Luzia - Elvas. Acrescentou ter sido de acordado com o Dr. José Robalo e a presidente da ARS do norte Alentejano, que a população de Borba tinha, por direito próprio, acesso aos serviços prestados pelo Hospital de Santa Luzia - Elvas. ----------

-------- Relativamente ao assunto do possível encerramento do hospital, ou de alguns serviços prestados pelo mesmo, disse que era impossível fazer previsões a médio ou longo prazo. Referiu ter ficado definido não irem os serviços que funcionam atualmente no Hospital de Santa Luzia - Elvas e no Hospital de Portalegre, encerrar de momento, não existindo em termos de futuro qualquer garantia. Realçou o facto de não estarem as pessoas que lhe facultaram aquela informação, capacitadas para lhe poderem prestar outro tipo de informação. Disse ter-lhe sido aquela informação facultada no decorrer da reunião de revindicação do equipamento da Ressonância Magnética. O qual, na sua opinião, era importante para os meios de diagnóstico, e exemplificando referiu os AVC`S - Acidente Vascular Cerebral. ----------

-------- **O deputado Joaquim Trincheiras** cumprimentou todos os presentes e agradeceu à Junta de

freguesia de Rio de Moinhos o convite endereçado, para o X Encontro Nacional dos Rios de Moinhos. ----------

-------- Seguidamente perguntou à mesa da Assembleia Municipal se lhe tinha sido endereçado algum convite, sobre as Comemorações da Batalha de Montes Claros, realizadas no concelho de Borba. Tendo no seguimento explicado " (...) estranhei (...) " o facto da mesa da Assembleia Municipal não ter partilhado esse convite, com a Assembleia Municipal, ou será que não houve mesmo qualquer convite. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** disse não ser a pessoa mais indicada para falar sobre esse assunto e passou a palavra ao senhor presidente da Câmara Municipal. ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** disse não ser " (...) aquela casa (...), uma casa de segredos, (...) tudo o que era feito era dito a toda a gente (...) ". ----------

-------- Explicou ter conhecimento que em termos de Conferência, cerimónia protocolar, os convites tinham sido dirigidos ao presidente da Assembleia Municipal e aos vereadores, pelo Estado Português e que a referida conferência tinha um limite de cinquenta a sessenta pessoas. Pediu desculpa, no caso de ter havido alguma falha de comunicação a nível protocolar, que fosse da sua responsabilidade, nomeadamente o não endereçamento do convite aos membros da Assembleia Municipal, para as referidas comemorações. Salientou o facto de não serem aquelas comemorações de hoje, mas de há duzentos anos atrás. Disse, que na sua opinião, este tipo de comemorações em dias de semana, tornam difícil a comparência das pessoas que trabalham, porque nem sempre, mesmo sendo convidadas, têm disponibilidade para comparecer. ----------

-------- Acrescentou que nas comemorações que " (...) dignifiquem a nossa terra, a nossa região, (...) o nosso país, é importante que esteja presente o maior número de pessoas, ali, não há cor (...), há um orgulho de ser borbense, orgulho de ser alentejano, de ser português. (...) ". ----------

-------De seguida, referiu ter sido convidado para ir a Mafra, á celebração do dia da Escola das Armas, e que os únicos civis que lá estavam presentes eram: o presidente da Câmara Municipal de Borba, o presidente da Câmara Municipal de Mafra e o presidente da Junta de Freguesia de Mafra, sendo os restantes militares que tinham sido condecorados pelos feitos praticados. ----------

-------- Terminou a sua intervenção, referindo que apesar de não coordenar o protocolo, na sua opinião, os membros da Assembleia Municipal deveriam ter sido todos convidados para as Comemorações da Batalha de Montes Claros. ----------

-------- **O deputado Joaquim Trincheiras** agradeceu ao senhor presidente Câmara a atenção prestada, e " (...) a sua preocupação (...) para com as pessoas que trabalham diariamente, (...) se nós tivermos o convite, (...) iremos gerir o nosso tempo e tentaremos estar presentes". ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) em todo o lado há falhas, e provavelmente o Ministério do Exército terá feito o convite oficial, (...) e provavelmente nem seria da responsabilidade do senhor presidente esses convites", mas que registava a atenção que o senhor presidente da Câmara estava a ter para com os membros da Assembleia e acrescentou " (...) que no futuro era bom que (...) também tivessem direito a um convite (...) ", realçando que depois participariam, ou não, do evento. ----------

--------PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** disse que queria chamar atenção para a alínea d), do número 2, do artigo 5º., do Regimento da Assembleia Municipal de Borba, " (...) o qual diz (...) compete à Assembleia Municipal; " *Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, a qual deve ser enviada ao presidente da Assembleia com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão".* ----------

-------- Seguidamente referiu o número 7, do artigo 39º. "Período da Ordem do dia", do mesmo Regimento, o qual diz: "*A apreciação da informação a que se refere a alínea d) do número 2, do artigo 5.º, deste regimento, constitui, obrigatoriamente, o primeiro ponto da ordem do dia e processa-se da seguinte forma: (...) ".* ----------

------- A Continuando disse lamentar que o regimento, um trabalho feito por todos, não estivesse a ser cumprido, e acrescentou que, na sua opinião, um regimento era para se cumprir. ----------

-------Seguidamente fez referência e leu em voz alta um trecho da carta que, segundo disse, lhe foi

remetida pelo senhor presidente da Assembleia Municipal, em resposta a uma carta que lhe enviou a pedir informação sobre elementos respeitantes a projectos, desenvolvidos pelo município de Borba, e Co-financiados por Fundos Comunitários entre o ano dois mil e dois e setembro do ano dois mil e treze. Lamentou o facto de ainda não lhe ter sido dado uma resposta ao solicitado, e terminou a sua intervenção dizendo " (...) *as coisas quando se querem fazer, fazem-se, e por favor, nunca me falem em falta de tempo.*"----------

-------- Informou que o projeto URBAL – Projeto Aglomerados Urbanos em Áreas Protegidas – Métodos para promover o desenvolvimento sócio-económico da população com a tutela da Natureza, do qual o Município de Borba tinha sido coordenador institucional, continuava " (...) a dar frutos (...) "no outro lado do oceano Atlântico, e passou a explicar: " (...) um trabalho elaborado no ano dois mil e dez, no âmbito do projeto URBAL, financiou um estudo de comparação e avaliação das normas de uma área de proteção internacional (...) ", tendo nesse âmbito, segundo disse, sido feita uma proposta de reserva da biosfera do PAMPA Uruguaio, que, segundo realçou, foi aprovada pela UNESCO - Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas." ----

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** respondeu ao senhor deputado Ângelo de Sá, que os elementos por ele solicitados, sobre os projetos co-financiados entre o ano dois mil e dez e setembro do ano dois mil e treze, por questões técnicas, que não dominava, ainda não lhe tinham sido entregues. Tendo no imediato passado a palavra ao senhor presidente da Câmara Municipal.

-------- **O presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente à questão sobre o Regimento não se iria manifestar. ----------

-------- No que concerne à questão sobre os elementos pedidos e não entregues, até à presente data, disse assumir a responsabilidade. ----------

-------- Em relação aos projetos co-financiados, e especificamente em relação ao projeto URBAL, disse serem projetos interessantes, nos quais, segundo referiu, somos meros participantes, e explicou ser a Comunidade Europeia, quem mandava, e quem tinha conhecimento da mais-valia que podia existir em cada país ou região. Congratulou-se e manifestou a sua satisfação com o facto do projecto URBAL, no qual o município de Borba esteve envolvido, ter contribuído para aquela

reserva da Biosfera. ----------

-------- Realçou que " (...) Borba tinha de ser falada numa forma muito objetiva e concreta, em relação áquilo que faz (...) ", não devendo " (...) haver um aproveitamento, por parte de ninguém, para evidenciar feitos (...) " e acrescentou " (...) os tempos mudam (...), os homens mudam-se todos os dias, (...) cada um pensa como pensa". ----------

-------- Salientou o facto de ninguém ter questionado a mais-valia do projeto URBAL, e deu os parabéns ao senhor doutor Ângelo de Sá por ter participado naquele projeto, como presidente do Município de Borba que era, no período de tempo em que o referido projecto decorreu. ----------

-------- **O deputado Rui Franco** cumprimentou todos os presentes, e comunicou ter participado, no passado dia nove de maio, conjuntamente com o senhor deputado Paulo Ferreira, em representação da Assembleia Municipal de Borba, na Assembleia da CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. ----------

-------- Informou ter sido um dos pontos da ordem de trabalhos a eleição da mesa da Assembleia da CIMAC, assunto pendente desde dezembro do ano dois mil e treze, por não ter havido entendimento entre as forças políticas para a constituição da mesa da referida Assembleia Intermunicipal.----------

-------- Tendo no seguimento adiantado que por esse facto, tiveram os movimentos independentes oportunidade de constituir a mesa da Assembleia Intermunicipal (CIMAC).----------

------- Continuando informou ser a mesa da Assembleia Intermunicipal (CIMAC) constituída por elementos dos seguintes concelhos: presidente da mesa da Assembleia intermunicipal - presidente da Assembleia Municipal de Arraiolos, secretários, um dos representantes do Município de Estremoz e um representante da Assembleia Municipal de Borba (Eng.º Rui Franco). ----------

------- Salientou a importância dos movimentos independentes ocuparem órgãos com intervenção ao nível do poder local. ----------

------- Disse ter a Banda (corporação de músicos) de Borba, participado, no passado dia dez de junho, a convite, nas comemorações dos noventa e um anos de existência da Casa do Alentejo, e realçou, ter sido, essa participação, uma mais-valia para o concelho de Borba, tendo mesmo

acrescentado," (...) demos a conhecer o bom que cá se passa (...), principalmente na área da música (...) ". ----------

-------- Seguidamente, interpelou o senhor presidente da Câmara sobre quando estariam disponíveis os dados solicitados pelo MUB - Movimento Unidos por Borba, na Assembleia Municipal do passado dia vinte e oito de fevereiro, no âmbito da questão das Águas do Centro Alentejo. Disse não poder, nem dever esse assunto ser adiado, por mais tempo, e adiantou, se não for uma questão de ambiente, que o seja por uma questão económica, uma vez que todos os meses existe um défice brutal relativamente à água. Esclareceu serem os dados solicitados importantes para se poder analisar, discutir e tomar decisões relativamente a esse problema.----------

-------- Em relação à intervenção do senhor deputado Ângelo de Sá, sobre o Pantanal, Floresta Amazónica, disse " (...) os problemas globais são importantes, mas não teria sido igualmente, ou de maior importância a construção da ETAR – Estação de tratamento de águas residuais de Rio de Moinhos (...) um problema que está à nossa porta, e que se traduz em descargas na linha de água de afluentes industriais (...) ". ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** repetiu ao deputado Rui Franco a resposta dada ao senhor deputado Ângelo de Sá, sobre os projectos co-financiados por fundos comunitários, e acrescentou que a informação solicitada chegaria tão rapidamente quanto possível. ----------

-------- Salientou, ser apologista da divulgação e entrega dos elementos pedidos a todos os deputados municipais, para que todos estivessem devidamente informados sobre os assuntos, não pretendia que existissem deputados municipais mais bem preparados que outros. Disse ao deputado Joaquim Trincheiras que " (...) lamentava que eventos (...) que nos dignifiquem como terra (...), como gente, como símbolo de região não sejam divulgados por toda a gente (...) ". ----------

-------- **O deputado Joaquim Trincheiras** disse ao deputado Rui Franco, ter sido a Banda Filarmónica do Centro Cultural de Borba, e não a Banda de Borba, que tinha estado presente nas Comemorações da Casa do Alentejo. ----------

-------- Referiu ter conhecimento que o senhor vereador Jerónimo Cavaco tinha apresentado em reunião de Câmara, de dia dezasseis de Abril do corrente ano, um requerimento ao senhor

presidente da Câmara, que até aquela data não tinha tido qualquer resposta. ----------

-------- Disse " (...) na última Assembleia Municipal (...) eu, deputado independente, eleito nas listas do partido socialista nas últimas eleições, reforço eleito deputado independente, (...) coloquei uma questão ao senhor presidente da Câmara, relacionada com as escolas do ensino básico, (...), numa reunião de Câmara o senhor presidente terá invocado esta minha questão, mas atribuindo-lhe outro autor (...), o autor fui eu, não foi o senhor deputado Ângelo de Sá, terá havido aí alguma fixação (...) ". ----------

-------- No seguimento reiterou, segundo disse, a questão então formulada, que consistia em pretender saber se o senhor presidente da Câmara tinha apresentado à DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a exposição escrita que disse ir apresentar, e se a mesma tinha sido apresentada, se havia algum desenvolvimento. ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** relativamente à informação pedida pelo senhor vereador Jerónimo Cavaco disse que, em princípio a mesma, " (...) será entregue na próxima reunião de Câmara (...) ". ----------

-------- No que concerne à troca de nomes, admitiu ter trocado o nome do autor da pergunta quando tinha falado no assunto em reunião de Câmara. ----------

-------- Seguidamente sobre a pergunta efetuada pelo deputado Joaquim Trincheiras disse, que após ter elementos que justificavam o não encerramento daqueles estabelecimentos escolares, Orada e Nora, esteve em conjunto com o senhor vereador Joaquim Serra, reunido com os pais das crianças, ter participado numa reunião na DGEstE, Évora, onde expôs os argumentos que possuía e tentou perceber o que poderia fazer para aqueles dois estabelecimentos escolares não encerrarem. ----------

-------- Salientou o facto de não pretender tirar dividendos políticos, da posição que ocupava, limitar-se a sua preocupação a assegurar o bem-estar físico e psicológicas das crianças em questão. --------

-------- Referiu continuar a questão do encerramento ou não, daqueles dois estabelecimentos escolares, por esclarecer. ----------

-------- Dirigindo-se ao deputado Joaquim Trincheiras disse " (...) se estes estabelecimentos escolares não fecharem este ano, é para o ano. Quando (...) temos um Centro Escolar (...) para

oitocentos alunos, com todas as condições, (...) que argumentos (...) utilizar (...) sobre para onde devem ou não ir as crianças (...) ". ----------

-------- Reiterou que a vitória, da resolução daquele assunto deveria ser das crianças e suas famílias, não política. ----------

------- Salientou que tínhamos de ter " (...) a dignidade de saber respeitar o nosso concelho, mas perceber bem as nossas limitações. (...) ". Terminou a sua intervenção dizendo" (...) acima de tudo, isto não é uma vitória de ninguém, a vitória tem de ser das crianças que precisam do apoio todo". ---

**-------- O deputado Joaquim Trincheiras** disse que a sua questão era clara e plausível, que só pretendia saber se já havia alguma resposta concreta, por o próximo ano lectivo já estar em preparação. ----------

-------- Dirigindo-se ao senhor presidente disse" (...) não pretendo tirar dividendos políticos destas minhas questões, a minha preocupação são os borbenses, como é a preocupação de todos os que aqui estamos. (...) Borba quer o melhor para Borba". ----------

-------- Reafirmou ter sido ele a colocar aquela questão, que não tinha sido ensinado por ninguém; ser aquela a sua maneira de defender Borba.----------

-------- Concluiu ter ficado a saber, que até aquele dia, ninguém sabia ao certo o que iria acontecer relativamente às escolas da Orada e da Nora. ----------

--------Terminou a sua intervenção afirmando " (...) as preocupações com as crianças são transversais a todos, não é só do MuB - Movimento Unidos por Borba, é de todos os Borbenses". -----

**-------- O presidente da Câmara Municipal** disse lamentar o facto de estar em preparação o próximo ano lectivo, e não conseguir obter uma resposta concreta, sobre se os estabelecimentos de ensino da Nora e Orada vão, ou não, encerrar. ----------

**-------- O presidente da Assembleia Municipal** leu em voz alta a alínea f), do *artigo 17º., do Regimento da Assembleia Municipal, realçando o facto de constar do mesmo que um dos deveres dos deputados Municipais é: - Contribuir, com a sua diligência, para a eficácia e* ***o prestígio*** *dos trabalhos da Assembleia Municipal.*----------

Borba
município

-------- Tendo seguidamente dito," Assim, na Assembleia do pretérito dia vinte e oito de Abril de dois mil e catorze assistimos a uma tristíssima ocorrência, que a confirmarem-se as minhas suspeitas, não posso deixar passar em claro, de lamentar e que constituiu, salvo melhor opinião, um insulto a esta Comunidade, a esta Assembleia, e à Mesa a que tenho a honra de presidir.----------

-------- Estou naturalmente a referir-me à moção apresentada pelo PS - Partido Socialista, logo na abertura da dita Assembleia e lida pelo senhor deputado Ângelo de Sá, cujo título "Pela defesa do SNS – Serviço Nacional de Saúde". ----------

-------- Mereceu aprovação com dezasseis votos a favor e dois contra, estes do PSD - Partido Social Democrata. Após a leitura, o texto pareceu-me familiar, tendo por isso mesmo solicitado esclarecimento, se se tratava de uma moção emitida **pela FNAM - Federação Nacional dos Médicos, o que foi pronta e claramente afirmado, com alguma arrogância, que se tratava de uma Moção do PS.**

-------- Não tinha naquela altura a certeza da origem do texto e tomei, de boa-fé, como válido o esclarecimento prestado. Alguns dias depois consultei o *site* da FNAM, e as minhas suspeitas iniciais avolumaram-se fortemente. Com grande espanto e desilusão verifiquei uma analogia, claramente visível, para quem se der ao trabalho de comparar os textos, de forma isenta, **entre o comunicado da comissão executiva da FNAM, datado de vinte e dois de Abril de dois mil e catorze, e a Moção apresentada pelo PS no dia vinte e oito do quatro de dois mil e catorze.** ----------

-------- Tenho muita dificuldade em acreditar em coincidências deste tipo, tão pouco em transmissão direta do pensamento. ----------

-------- Quem efetivamente martelou o referido comunicado travestindo-o de moção apresentada, salvo o devido respeito, efetuou um exercício de muito pouca inteligência e prestou um péssimo serviço a este concelho, bem como a todos os seus eleitos. ----------

-------- O desespero pela ausência de ideias e de imaginação é de tal grandeza que arriscaram adotar e adulterar um texto alheio, sem naturalmente citar a origem, negando-a até, caindo no ridículo e mais grave ainda, fazendo-nos cair a todos nós, quando esta Moção for lida, por todos os órgãos de soberania a quem por dever de ofício, já foi enviada.----------

-------- Não acharíamos mal, que os deputados eleitos nesta Assembleia pelo PS sejam solidários com comunicados da FNAM, mas não posso louvar que não citem, o que me parece ser o texto original, escamoteando a sua real paternidade. ----------

-------- Estou longe de pensar que o objetivo fosse desprestigiar-nos, ou humilhar-nos, a todos e a mim particularmente, pois é a minha rubrica, que figura ao alto e à direita das páginas, mas não posso aceitar que nos façam passar por desatentos. ----------

-------- O meu bom nome e reputação como presidente desta Assembleia ficou, do meu ponto de vista, maculado o que me causa grande desconforto. ----------

-------- Não sei se os outros deputados do PS tinham conhecimento desta aberração, se tinham são cúmplices, se não tinham, desde já apresento a minha solidariedade, pois tal como eles, fui, fomos todos ludibriados. ----------

-------- Apesar de tudo continuo a pensar que se tratou de um lapso muitíssimo grave, é certo, mas apenas e só isso, e evito pensar que se tratou de um procedimento deliberado e consertado pois neste caso visaria passar a todos os eleitos um atestado de incompetência. ----------

-------- Por similares razões, recentemente, promissores políticos ingleses e alemães assumiram as suas responsabilidades e abandonaram pelos seus próprios pés os altos cargos que desempenhavam, evitando ser escorraçados. ----------

-------- A mesa considerará este assunto como encerrado, desde que não se repita no futuro, e que o autor, ou autores, deste dislate assumam publicamente perante a Comunidade e esta Assembleia, o seu erro, e se retratem publicamente. ----------

Estou-me a referir a um comunicado da Federação Nacional dos Médicos, em que num texto de novecentas palavras, um terço delas são cópias fiéis da moção do PS." ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** dirigindo-se ao senhor presidente da Assembleia Municipal disse " (...) ouvi-o com toda a atenção, e quero-lhe dizer que a moção que foi aqui apresentada foi apresentada pelos eleitos do partido socialista, e que o texto que aí consta, se foi, (...) se é parcial, acredito que seja, (...) foi um texto, que foi distribuído pelo partido socialista nacional, (...), para todo o pais, e que foi apresentado em variadíssimas Assembleias Municipais". ----------

-------- Seguidamente disse " (...) jamais, estes elementos que aqui estão, alguma vez, fossem apresentar um texto, que soubessem que era de outra instituição. Acreditámos, também, que esse texto que nos foi distribuído é um texto do partido socialista, que nos chegou via partido socialista, e que foi apresentado em nome do Partido Socialista". ----------

-------- Reafirmou não ter aquele texto aparecido via FNAM, mas via Partido Socialista, e explicou ter sido essa a razão de ter respondido na Assembleia Municipal, de vinte e oito de Abril de dois mil e catorze, ao senhor presidente da Assembleia, que aquele era um texto do Partido Socialista. Voltou a afirmar ser aquele texto do Partido Socialista. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** disse " (...) se isso vem do Partido Socialista tem de mudar de partido rapidamente, porque se isso vem da Comissão Política Nacional, isto é uma martelagem pura, (...) uma cópia de um comunicado da FNAM (...). ". ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** disse não ter lido o comunicado da FNAM, e pediu que lhe fosse facultada uma cópia do mesmo. ----------

-------- Explicou que, por não ser médico, não tinha acesso àquele género de documento. ----------

-------- Tendo seguidamente dito " (...) vindo o texto do Partido Socialista, do qual (...) tenho a honra em ser militante e que prezo muito (...), e portanto foi com base nesse texto que nós apresentámos aqui essa moção (...)."-- ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** disse " (...) é de facto muito difícil, argumentar com pessoas sem qualquer argumento (...) ".----------

-------- Explicou ter sido a comunicação da FNAM efetuada via internet, *site* FNAM, razão pela qual qualquer pessoa podia ter acesso a ela. ----------

-------- Seguidamente pediu que fossem distribuídas pelos senhores deputados, fotocópias do texto em questão, para que pudessem verificar o " (...) desaforo com que é copiado o texto da FNAM (...) ". ----------

-------- Disse " (...) é triste que o senhor se desresponsabilize, (...) e diga que é a da comissão central, que é a comissão regional (...) ", subentenda-se do Partido Socialista. ----------

-------- Seguidamente referiu que o deputado Ângelo de Sá ao ser interrogado sobre a proveniência do texto tinha dito que aquela moção era do Partido Socialista. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** afirmou que não tinha de ler comunicados da FNAM. Acrescentando que se

fossem artigos relacionados com a sua especialidade decerto que os lia. ----------

-------- Reafirmou ter-lhe sido aquele documento enviado pelo Partido Socialista nacional. ----------

Recordou ao senhor presidente da Assembleia que ainda não tinha respondido á pergunta sobre o Regimento da Assembleia Municipal em vigor. ----------

**-------- O deputado João Pedro Paulo** disse ao senhor presidente que tinha acabado de cumprir na plenitude a citação que tinha sido feita do artigo 17.º do Regimento, ao esperar pacientemente que lhe permitido intervir, por, segundo referiu, ter sido o primeiro a pedir a palavra no ponto agora em discussão. ----------

-------- Reiterou a necessidade da informação sobre as "Águas do Centro Alentejo" ser disponibilizada o mais rápido possível, de modo a que esse assunto pudesse ser discutido tão breve quanto possível, como, disse, referido pelo senhor deputado Rui Franco. ----------

-------- Seguidamente citou um *site* no qual segundo disse, está escrito "A água é de todos", e que defende a não privatização da água. O qual, conforme referiu, fazia alusão ao facto do Ministro do Ambiente ter anunciado que o Governo tinha intenção de harmonizar o preço da água em todo o país. O que a acontecer, disse, de acordo com o exposto no *site,* antes referido, significa um aumento de quatrocentos por cento em determinadas localidades. ----------

-------- Salientou que a manutenção da distribuição de água potável aos munícipes, e das infra estruturas necessárias à mesma, se estava a tornar economicamente insustentável para alguns Municípios. Tendo acrescentado, nomeadamente Borba, onde existe uma grande dificuldade em cumprir anualmente os encargos económicos assumidos para com a empresa Águas do Centro Alentejo. ----------

-------- Alertou para o facto de aquela questão estar a provocar" (...) situações insuportáveis e (...) verdadeiramente dramáticas (...) ", fundamentando essa sua observação com base nos dados fornecidos pelo referido *site*, o qual, segundo disse, mencionava ter havido na cidade de Lisboa, ano de dois mil e treze, um corte de água a doze mil consumidores, por não terem condições económicas para pagar o valor cobrado. ----------

-------- Disse ter efetuado aquela sua " (...) intervenção, como militante do PCP – Partido Comunista Português, eleito pela CDU – Coligação Democrática Unitária, na Assembleia Municipal, com muita honra. "

-------- Relativamente à questão das escolas, enalteceu o papel da Comissão de Utentes, a qual, segundo disse, promoveu duas iniciativas, uma na Nora e outra na Orada, contra o encerramento desses dois estabelecimentos de ensino. Salientou o facto da referida Comissão de Utentes estar sempre ao lado da

defesa dos serviços públicos, e referiu, nomeadamente na continuidade da cedência de transporte para os doentes não urgentes, e contra o encerramento da repartição de Finanças em Borba. ----------

-------- Disse que tinha uma moção para apresentar "Contra o Encerramento de Escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico no Concelho", (que se arquiva em pasta anexa como **doc. nº.4),** passando de imediato a fazer a sua leitura. ----------

------- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou a aceitação da moção à votação. ----------

------- **O deputado Paulo Ferreira** interrompendo... disse " (...) a partir do momento que a moção é apresentada, automaticamente tem que ser aceite, isso nem sequer se coloca em discussão, em discussão coloca-se a própria moção. (...) " ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** continuando, fundamentou a sua intervenção, citando um excerto do manual das Assembleias Gerais, que tinha em seu poder.----------

--------- **O deputado Paulo Ferreira** disse," (...) não fazia sentido, aí era limitar a democracia. Se um dos partidos com menos representação apresenta uma moção, ela por si própria deve ser discutida. "----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção á discussão. ----------

-------- **O deputado Paulo Ferreira** disse ser a preocupação com o problema das escolas comum a todos, e que aqueles problemas eram cíclicos. Em relação à moção apresentada disse que a CDU já tinha apresentado moções praticamente idênticas na Junta de Freguesia da Matriz, o que lhe permitia concluir que por vezes eram mudadas as datas, sendo o conteúdo das moções era idêntico. Acrescentou que na sua opinião as moções só deveriam ser votadas, quando tivessem alguma força, e disse " (...) como defensor da democracia, a moção ao ser apresentada (...) deve ser votada (...) ". ----------

-------- **O deputado João Pedro** disse ter aquela moção o mesmo objetivo que a apresentada no ano dois mil treze, a defesa dos Serviços Públicos e dos Serviços de Proximidade. No que concerne ao texto da moção, referiu que com a finalidade de ser apresentado na Assembleia Municipal foi alvo de algumas alterações e adaptações, efetuadas por ele próprio. ----------

-------- **O deputado António Prates** desejou boa noite a todos os presentes, e disse estarem os

últimos Governos, ao fecharem os serviços, públicos a contribuir para a desertificação do interior do país, particularmente do nosso Alentejo. ----------

-------- Acrescentou, que na sua opinião, era muito grave retirar crianças de idades compreendidas entre os seis a dez anos de idade de uma aldeia, para estudar num outro local, por ser nessa idade que as crianças criam laços de identificação com a terra onde nasceram e cresceram. Realçou a sua opinião, dizendo que as crianças que vêem estudar para Borba aos seis a sete anos de idade, quando mais velhas, manifestam uma identificação com a terra onde nasceram, na maioria dos casos mínima, ou quase nula. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** referiu ser o ensino praticado no Centro Escolar de Borba, igual ao praticado nas escolas da Orada, Nora e São Tiago Rio de Moinhos. Tendo no seguimento, realçado ter sido no ano anterior a escola de São Tiago de Rio de Moinhos a apresentar os melhores resultados dos exames no concelho. ----------

-------- Afirmou ter sido o Centro Escolar concebido com o objectivo de abarcar as escolas e jardim-de-infância de Borba e não todas as escolas do concelho de Borba, como falsamente havia sido dito nas reuniões efetuadas com os pais das crianças das escolas da Nora e Orada. Reafirmou não ter estado na origem do Centro Escolar o encerramento das escolas das freguesias. ----------

-------- Relativamente à moção apresentada pela CDU, referiu considerar que não valia a pena estar a discutir que a CDU já tinha apresentado aquele tipo de discurso, mas que no essencial estava de pleno acordo com a mesma. ----------

-------- **O deputado João Pedro** disse que o discurso da CDU, era sempre no sentido de defender os serviços públicos e acrescentou ter a construção do Centro Escolar contribuído para o encerramento das escolas de Orada e Nora. ---------- **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou a moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com dezassete votos a favor (eleitos do MuB, PS e CDU) e duas abstenções (eleitos do PSD - Partido Social Democrata). ----------

-------- **O deputado Paulo Ferreira** recordou ter na Assembleia Municipal de fevereiro, no seguimento do requerimento apresentado pelo senhor deputado Rui Franco sobre a questão da

água, pedido cópia dos Contratos celebrados entre o Município de Borba e a empresa Águas do Centro Alentejo, e que como aqueles documentos ainda não lhe tinham sido entregues, pedia ao senhor presidente da Assembleia Municipal que intercedesse para que os mesmos lhe fossem facultados. ----------

-------- Explicou estar o seu pedido relacionado com o facto de considerar importante saber-se o valor exato que constava nos contratos, para aquando da discussão dos mesmos, se terem dados concretos, e relembrou que na Assembleia de fevereiro a CDU tinha referido existir uma despesa anual na ordem dos oitocentos mil euros, e ter o senhor presidente da Câmara respondido que o diferencial rondava os vinte e três mil euros mensais. ----------

-------- Relativamente à moção apresentada pelo PS, "Em Defesa do SNS", disse ao senhor presidente da Assembleia Municipal que ao questionar o senhor deputado Ângelo de Sá sobre a proveniência da referida moção, era porque tinha dúvidas, e que se tinha dúvidas devia ter-se abstido, ou até mesmo " (...) parar momentaneamente (...) essa discussão (...) para (...) mais tarde fazer uma votação totalmente esclarecido (...) ". ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** disse ao deputado Paulo Ferreira que tinha acreditado e tomado como certa a resposta do senhor deputado Ângelo de Sá. ----------

-------- **O deputado João Pedro** em relação à intervenção do senhor deputado Paulo Ferreira explicou ter dito que a diferença existente entre o valor cobrado pela Câmara Municipal de Borba aos munícipes que usufruem da rede pública de distribuição de água, e o valor que tem a pagar à empresa Águas do Centro Alentejo, ronda os trezentos mil euros anuais. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** disse," (...) fiquei à espera que o senhor presidente me respondesse (...) aquele assunto da ordem do dia, (...) do reparo que fiz logo no princípio, em que as atividades da Câmara devem ser o primeiro ponto. " ----------

-------- Dirigindo-se ao senhor deputado Rui Franco disse " (...) adorei essa intervenção (...) ", quando disse que os movimentos independentes estavam a tomar conta do poder, porque os movimentos independentes eleitos na CIMAC, " (...) foram (...) colocados na mesa, para compor o ramalhete, (...) pela mão da CDU, portanto senhor deputado Rui Franco, não se entusiasme, porque o tapete

qualquer dia é tirado (...) ". ----------

-------- Relembrou o senhor presidente, sobre a questão da Assembleia extraordinária para debaterem o caso da empresa Águas do Centro Alentejo, e alertou para não se esquecer de convocar todos os envolvidos. ----------

-------- Disse ao deputado Rui Franco, que não existente comparação possível entre o URBAL e a construção da ETAR de Rio de Moinhos. Afirmou que aquele projeto tinha sido muito importante para o município de Borba, nomeadamente em termos de dinheiro entrado. ----------

-------- Relativamente à ETAR de Rio de Moinhos disse ter o Partido Socialista tinha lutado durante doze anos para que a mesma fosse feita. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que o Regimento deveria sofrer algumas alterações, em consequência de dificuldades que tinham surgido. Tendo no seguimento, acrescentado que com o intuito de se processarem as devidas alterações, iriam ser convocados, para uma reunião, os representantes das diferentes forças políticas. ----------

------- **O deputado Ângelo de Sá** dirigindo-se ao senhor presidente da Assembleia disse " (...) lamento, o senhor não percebeu, o que eu lhe disse foi que o Regimento não se pode sobrepor à lei, e (...) que de acordo com o Regimento, e (...) a lei, ... o primeiro ponto da Ordem do dia são as atividades da Câmara (...) ". ----------

-------- **O deputado Rui Franco** disse que tinha uma proposta dos eleitos do MuB para apresentar **(que se arquiva em pasta anexa como documento nº 5)**, relativamente à questão do envio da documentação via suporte informático. ----------

-------- *Proposta* ----------

*"Dada a necessidade de políticas de desenvolvimento sustentável, visando a preservação dos recursos naturais, associada à redução de custos de funcionamento deste órgão, bem como a pretensão de prossecução de medidas de modernização administrativa, o grupo de eleitos do MuB da Assembleia Municipal de Borba propõe:* ----------

*1 – Que até à entrada em funcionamento da plataforma eletrónica de acesso restrito aos membros da Assembleia Municipal, sejam enviados por meio de correio eletrónico (email), para cada um dos eleitos*

*deste órgão, os documentos que instruem o respetivo processo deliberativo (sessões ordinárias e extraordinárias), abolindo-se a utilização de papel, em consonância com o previsto no nº2 do art.º 22.º o Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, d e13 De maio.* ----------

*Solicitar parecer à CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no sentido de avaliar a viabilidade de todas as convocatórias para as Assembleia Municipais (ordinárias e extraordinárias) passarem a ser efetuadas unicamente por via eletrónica, eliminando-se o envio por carta e revogando-se o artigo 30.º do regimento da Assembleia Municipal de Borba.* ----------

*Com estas medidas esperamos dar o exemplo, contribuindo diretamente na redução do consumo de recursos naturais, visando o desenvolvimento sustentável.* ----------

*Borba, vinte de junho de 2014* ----------

*Os eleitos do MuB.* ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à discussão. ----------

-------- **O deputado Paulo Ferreira** disse ser a favor do ambiente, mas referiu algumas ressalvas a ter em conta, nomeadamente, que não existiam ali condições para se trabalhar via internet, que nem todos tinham hipótese de poder imprimir, e que não havia obrigatoriedade quanto à utilização do *mail* como instrumento de trabalho. ----------

-------- Disse ir votar contra a forma como a proposta estava feita, mas não ser contra o facto de se poupar papel. Tendo seguidamente acrescentado que na sua opinião deveria ser concedido, pelo menos a um representante de cada força política, os documentos em papel. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** disse " (...) se há pessoa que defende o ambiente sou eu! (...) aqui há uma série de gente que, sobre ambiente, fala muito e tem feito pouco! (...) " ----------

Disse duvidar da legalidade da proposta apresentada. Realçou o facto de ter um arquivo em papel, e ter por hábito escrever no papel. Adiantou não concordar com a proposta, e que caso fosse aprovada, iria recorrer da decisão, fosse para onde fosse. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 10 votos a favor (eleitos MuB) e 9 votos contra (eleitos PS,PSD e CDU). --

-------- O deputado Ângelo de Sá apresentou declaração de voto. *"Votei contra esse documento, porque o considero ilegal. Agradeço cópia para enviar para os sítios competentes".* ----------

-------- **O deputado João Pedro** disse ter algumas dúvidas sobre a legalidade da proposta apresentada. Acrescentando que a lei 75/2013, de 13 setembro, referia que a convocatória tinha que ser por carta". ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** em relação à ETAR de São Tiago Rio de Moinhos disse " (...) vai resolvido de certeza absoluta (...) ". ----------

Em relação ao conteúdo das discussões tidas nas Assembleias Municipais referiu que se deveriam discutir propostas objetivas, assuntos de interesse para o desenvolvimento de Borba. Referiu se" (...) é legal, isso resolve-se a seguir (...) ".----------

-------- **O deputado João Pedro** explicou estar o seu voto contra a proposta apresentada relacionado com o facto de se estar a falar de " (...) uma Lei da República, da lei 75/2013, de 13 de setembro (...) ", e acrescentou que na sua opinião o parecer da CCDRA, não teria nenhuma influência naquele assunto. ----------

PONTO DOIS: Período para intervenção do público----------

-------- Não houve intervenções. ----------

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia----------

--------PONTO TRÊS PONTO UM Análise conducente à aprovação da ata nº 4 da sessão ordinária vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão. ----------

-------- **O deputado Joaquim Trincheiras** solicitou que fossem efetuadas duas correções, uma na página três, onde consta " (...) projetos cofinanciados nos anos de dois mil e doze e setembro de dois mil e treze, deve constar " (...) nos anos de dois mil e dois e setembro de dois mil e treze (...) ", e a segunda na página oito, parte final da intervenção do senhor presidente da Assembleia onde

consta " (...) que quando se fala de saúde, falasse na vida (...) ", deve constar " (...) que quando se fala de saúde, fala-se de vida (...) ". ----------

-------- **O deputado João Pedro** pediu a correção na página onze, na sua intervenção onde constava " (...) Águas do Centro Alentejo (...) no valor de oitocentos mil euros (...) ", deve constar " (...) Águas do Centro Alentejo (...) no valor de trezentos mil euros (...) ". ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** após efetuadas as respetivas correções, colocou a ata à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com **dezasseis votos a favor e três abstenções.** ---

-------PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da ata nº 5 da sessão extraordinária de vinte e cinco de abril de dois mil e catorze. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão. ----------

Não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com **dezasseis votos a favor e três abstenções.** ----------

-------PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da ata nº 6 da sessão ordinária de vinte e oito de abril de dois mil e catorze. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à discussão. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** pediu a correção na página vinte e oito, na sua intervenção onde constava "... rede reticular... ", deve constar "...rede radicular...". ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** pediu que fosse corrigida a palavra FNAM, a qual não leva a letra "E", no final da palavra e na página vinte e quatro na sua intervenção e na intervenção do deputado Ângelo de Sá onde constava a palavra "... extravagar...", deve constar "...extravasar..." Após efetuadas as respetivas correções na ata, a mesma foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com **dezasseis votos a favor e três abstenções.** ----------

-------PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais para: ----------

a) Prestação de Serviços relativos a Higiene e Segurança no Trabalho.----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** referiu que de acordo com a alínea c) do nº1 do artigo 6º, da Lei nº8/2012, de vinte e um de fevereiro, aquele tipo de prestação de serviços, tinha que ir a aprovação da Assembleia Municipal, visto a contratação ser por mais de um ano. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** disse abranger aquela sua questão o ponto em discussão e o ponto seguinte da ordem de trabalhos. Questionou " (...) se os concursos a ser feitos, seja ajuste direto ou não, se vão continuar a ser feitos através da plataforma electrónica (...) ". ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** disse que os concursos iriam continuar a ser feitos em plataforma eletrónica. Acrescentou terem sido convidadas empresas da zona, que estavam registadas e certificadas na plataforma. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** ----------

b) Concurso de Aluguer de dois Equipamentos Multifunções por trinta e oito meses.----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** ----------

-----PONTO TRÊS PONTO CINCO: Pedido de autorização à Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais para: ----------

a) Prestação de Serviços de Cobrança de Débitos Diretos (Sistema de Débitos Diretos SEPA CORE). ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** explicou ser o sistema SEPA – Espaço Único de Pagamentos em Euros, obrigatório, e ser esse sistema, no nosso país, processado pelo Banco de Portugal. Tendo seguidamente informado ter sido o Banco Santander Totta a apresentar a apresentar a propostas de valor mais baixo preço. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** ----------

b) Concurso Público para Prestação de Serviços de Seguros.----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** explicou terem optado, em reunião de Câmara, por abrir um concurso direcionado à prestação de serviços de "Seguro" na plataforma eletrónica, para que todas as "Companhias de Seguro" tivessem oportunidade de concorrer, e por uma questão de transparência, poupança, e eficiência. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** perguntou ao senhor chefe de divisão, " (...) no ano de dois mil e treze, qual foi o valor pago na totalidade dos seguros, pela Câmara de Borba (...) ". ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** não havendo mais inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.** ----------

-----PONTO TRÊS PONTO SEIS: Monotorização e Acompanhamento do PAF integrado no PAEL- 1º Trimestre de 2014 (Título informativo).----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** referiu espelhar aquele documento o grau de execução do PAF – Plano de Ajustamento Financeiro, integrado no PAEL - Programa de Apoio à Economia Local, relativamente ao primeiro trimestre (um de Janeiro de dois mil e catorze a trinta e um de Março de dois mil e catorze), do Município de Borba. O qual nos termos da alínea a), n.º1, do art.º12, da Lei n.º43/2012, de 28 de agosto, a Assembleia Municipal tem de ser trimestralmente informada da monitorização e acompanhamento do PAF. Tendo, nesse âmbito, informado que os compromissos assumidos estavam a ser cumpridos, e o acompanhamento feito pelo executivo. Seguidamente salientou uma coisa é a política outra coisa é a realidade. ----------

-------- Referiu que na sequência de compromissos assumidos no âmbito do PAEL, de momento tinha de cobrar taxas máximas, mas que quando houvesse condições, essas mesmas taxas iriam ser negociadas de forma a reduzir o índice das mesmas. ----------

-------- Referiu servir igualmente o documento de monitorização e acompanhamento do Plano Financeiro integrado no PAEL, para os munícipes serem informados do que a Câmara está a pagar e porque o paga. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** pediu ao senhor presidente da Câmara que fosse feita uma explicação técnica do assunto que estava em discussão. ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao senhor chefe de divisão Dr. António Passinhas, para prestar a informação técnica. ----------

-------- **O chefe de divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes, e informou que " (...) a monitorização trimestral do PAEL é apresentada Câmara Municipal e a Câmara Municipal submete-a à Assembleia Municipal apenas para efeitos de informação. Quem monitoriza o trimestre, ou todos os trimestres, é a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. A tutela não tem interesse nestes dados. A tutela tem interesse nos dados anuais". ----------

-------- Informou que na tentativa de encontrar um modelo de leitura simples, antes de elaborar a primeira informação trimestral, solicitou à tutela um modelo de apresentação dos mesmos - no qual pudesse "espelhar" tudo quanto era solicitado. Segundo referiu, a DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, terá respondido que não existia nenhum modelo padrão a seguir trimestralmente. ----------

-------- Salientou ter tido a área financeira do município de Borba, a preocupação de assegurar que a Câmara e a Assembleia Municipal, tivessem acesso, aos cinco mapas que tinham sido apresentados no PAF- Plano de Ajustamento Financeiro, e para tal extraíram esses cinco mapas para os apresentar num formato mais pequeno.----------

-------- Reconheceu que a leitura dos mapas não era "muito interessante", mas tinha sido a forma encontrada para apresentar tudo o que era pretendido. ----------

-------- Seguidamente passou a explicar os mapas antes referidos. Disse, nas execuções orçamentais começou-se por apresentar quanto é que falta, para se chegar à execução que está efetivamente inscrita no PAF, e acrescentou que, com exceção de dois mapas, o das medidas de contenção ao nível da despesa e o da maximização ao nível da receita, por terem pressupostos diferentes, o mesmo processo foi utilizado nos outros mapas. Explicou que no mapa um, três, quatro e cinco " (...) a monitorização assume sempre aquilo que está inscrito no plano de ajustamento financeiro para o ano de dois mil e catorze, (...) e no mapa dois, que é o mapa das medidas, entram pressupostos do ano dois mil e onze, o ano em que foi elaborado o PAF, aquilo que é previsto em dois mil e catorze poupar ao nível da despesa e aquilo que era possível maximizar ao nível da

receita. (...) ". ----------

-------- Salientou que por vezes não é possível nos primeiros três meses do ano, apresentar execuções de vinte e cinco por cento. Explicou não ser possível comparar um trimestre de PAF com um trimestre de execução, nomeadamente por o primeiro ano de execução do PAF na Câmara Municipal de Borba estar a decorrer.----------

-------- Acrescentou, " (...) temos rubricas em que é possível associar os vinte e cinco por cento de execução do ano, como por exemplo, segundo disse, a rubrica das despesas com o pessoal, (...) mas existem rubricas que não é assim, como por exemplo a rubrica dos impostos (...) ".----------

-------- Disse refletir o mapa I (um), a receita efetiva que se previa receber em dois mil e catorze, e a despesa total "paga". Acrescentou que regra geral, a maioria das rubricas apresenta um desvio negativo na ordem dos setenta e cinco por cento, o que quer dizer que " (...) para executar aquilo que era previsível em dois mil e onze para o ano de dois mil e catorze, temos vinte e cinco por cento de execução, falta setenta e cinco por cento de execução". ----------

- O mapa II (2) disse" (...) é um mapa que tenta apresentar o impacto das medidas de aumento de receita e por redução de despesa. No que se refere às receitas, quanto é que vamos receber a mais no ano dois mil e catorze, do que recebemos no ano de dois mil e onze. No lado da despesa, quanto é que vamos poupar a mais em dois mil e catorze comparando com o ano de dois mil e onze. ----------

- O mapa III (três), " (...) não é mais que o mapa I, mas dividido em rubricas (...) não há desvios significativos e todos eles têm alíneas para as tentar explicar (...) ". ----------

- O mapa IV (quatro), " (...) serve para apresentar a evolução da divida de curto prazo, de médio e longo prazo e do endividamento de médio e longo prazo. O comportamento que ele tem, é mais ou menos o (...) esperado, salvo dois casos pontuais". Tendo seguidamente explicado os casos antes referidos uma divida de curto prazo por o PAF ter assumido um empréstimo no valor de cinco milhões quatrocentos e trinta mil euros, e o valor da dívida ter sido no montante de sensivelmente quatro milhões e oitocentos mil euros, diferença relacionada com a situação da ADSE - Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, situação que segundo referiu é do conhecimento de todos. ----------

- O mapa V (cinco)" (...) é o mapa do endividamento líquido", explicou que aquele endividamento se encontra abaixo do previsto no PAF, (...) e que o mesmo " (...) já não é considerado na atual Lei das Finanças Locais (...) ". ----------

-------- Seguidamente explicou a diferença entre o conceito de endividamento e de dívida total. Dívida Total "é aquilo que nós devemos para com os outros". Endividamento "é aquilo que nós vemos deduzido daquilo que nós temos, e daquilo que nós esperamos vir a receber quando as regras assim o permitem". ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** disse que eram vinte e quatro, e perguntou se ninguém se oponha a que a discussão da ordem de trabalhos continuasse. ----------

-----PONTO TRÊS PONTO SETE: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** agradeceu ao chefe de divisão a explicação técnica proferida, e acrescentou que " (...) além do Dr. Passinhas tinham uma outra técnica do mesmo nível, a Dr.ª Ana Alves. (...) ". ----------

-------- Referiu que aquele executivo faria sempre o melhor, para as pessoas do concelho de Borba. ---

-------- Salientou ser o desemprego, uma das grandes preocupações existentes, neste momento, no nosso concelho. ----------

-------- Informou estar o atual executivo a desenvolver medidas no sentido de arranjar as estradas de Barro Branco; Orada/São Domingos; Alfaval. ----------

-------- Disse existirem pessoas interessadas na aquisição de lotes da zona industrial de Orada. ---------

-------- Relativamente às atividades desenvolvidas, salientou uma reunião na CIMAC, sobre os contributos para o "Programa Operacional do Alentejo 2014-2020". Informou que da parte do município tinham sido dados os contributos que achavam relevantes para o desenvolvimento do concelho. ----------

-------- Reunião com a Associação Nacional de Municípios, onde trataram do encerramento dos

serviços públicos, da baixa do IVA - imposto sobre o valor acrescentado, na eletricidade, projetos para o Alentejo, (ligação Sines/Beja), plataformas logísticas. ----------

-------- Terminou a sua intervenção realçando " (...) onde quer que vou, defendo sempre a minha terra". ----------

-------- Seguidamente cedeu a palavra aos senhores vereadores. ----------

-------- **O vereador Benjamim Espiguinha** desejou boa noite a todos os presentes, (...) "como já foi referido pelo senhor presidente (...) eu não aceitei, nenhum pelouro, e como não tenho nenhuma função executiva, não faz sentido que intervenha nas atividades da Câmara". ----------

-------- **O vereador Nelson Sousa** cumprimentou todos os presentes e disse, " (...) tive a felicidade de não ter sido convidado". ----------

-------- **O vereador Joaquim Serra** disse " (...) nós somos vereadores, todos nós desempenhamos as nossas funções e todos participamos na atividade da Câmara. Os que têm pelouros têm mais atividade, têm propostas concretas que terão de desenvolver, os outros têm que falar do seu posicionamento relativamente aos outros pontos que são discutidos". ----------

-------- Informou ter assumido, a partir do mês de maio, alguns pelouros, em regime de meio tempo, porque assim o tinha entendido. Continuou dizendo ser aquela uma oportunidade de dar o seu maior contributo. Referiu estar numa fase de instalação, daquilo que eram as suas competências naquele executivo. Adiantou que iria tratar dos pelouros que eram da sua responsabilidade de acordo com as suas propostas, com as propostas da força política que representava. Realçou " (...) não existe aqui nenhum compromisso com o partido que está em maioria, existe sim, disponibilidade para trabalhar em conjunto, para criarmos propostas conjuntas que sirvam para o município. Há aqui uma total independência do vereador da CDU em relação ao MuB, (...) uma disponibilidade de encontrarmos pontos de entendimento, que possam efetivamente contribuir para a melhoria das condições de vida da população de Borba. Foi com estas condições que aceitei este desafio, e também, numa situação nova para Borba, (...) penso que nunca existiu, ninguém gerir em minoria (...), e que nunca existiu a possibilidade de haver mais que uma força política na gestão do município. Penso que é um desafio novo, (...) depois de doze anos que passei aqui na

oposição, e vi o modo como a oposição foi tratada durante esses doze anos, (...), também senti uma maior abertura por parte do movimento para que fosse possível um trabalho em conjunto. Quando nós temos (...), conhecimento adquirido, que podemos transmitir e ajudar (...) para que o trabalho desenvolvido seja melhor, devemos fazê-lo (...) ". ---------- Salientou que " (...) enquanto estive na oposição (...) sempre desempenhei o meu trabalho com o mesmo empenho, sempre dei muitos contributos, fiz muitas sugestões, adiantando que infelizmente muitas delas não foram aceites, e em consequência (...) o nosso município está na situação em que está, com estas dificuldades todas". ----------

-------- Acrescentou," (...) aceitei este desafio, vou procurar que o entendimento seja bom, e que possamos daí, (...) tirar frutos, e que Borba fique (...) a ganhar com esta decisão". ----------

-------- **O vereador Joaquim Espanhol** desejou boa noite a todos os presentes e disse ter ficado contente com as palavras do vereador Joaquim Serra. ----------

Seguidamente prestou a informação sobre as atividades relacionadas com os seus pelouros, no período compreendido entre doze de abril de dois mil e catorze e seis de junho de dois mil e catorze, realçando algumas delas: ----------

-------- *Obras Municipais:* ----------

-------- *(Por Administração Direta)* ----------

*Freguesia Matriz* ----------

- **Piscinas descobertas e Edifícios** ----------

  - ✓ Pintura do Bar das Piscinas e áreas de lazer; ----------
  - ✓ Reparação de pavimentos de balneários/vestiários e reparação de paredes em zonas exteriores das piscinas cobertas; ----------
  - ✓ Conclusão dos trabalhos e resolução de infiltrações na cobertura do edifício de restaurante no Jardim público; ----------

- Arranjos exteriores ----------

- ✓ Colocação de caldeiras em mármore para árvores no Loteamento da Cerca; ----------
- ✓ Reparação do equipamento de parque infantil do Jardim público; ----------
- ✓ Reparação de vedação em madeira de parque infantil do Jardim público; ----------

• **Infraestruturas** ----------

- ✓ Reparação de abatimento de via na antiga estrada nacional, duzentos e cinquenta e cinco, entre Borba e Vila Viçosa; ----------
- ✓ Reparação de pavimentos com massas betuminosas e limpeza de bermas e valetas no caminho Municipal, mil e trinta e oito (Estrada de Sta. Bárbara); ----------

• **Vias Rodoviárias** ----------

- ✓ Colocação de tout-venant em azinhagas públicas e caminhos agrícolas; ----------
- ✓ Reparação de vias com a colocação de tout-venant em caminhos públicos nomeadamente da UNOR dois e caseta; ----------

## *Freguesia de Rio de Moinhos* ----------

• **Arranjos Exteriores** ----------

- ✓ Desmatação de bermas de vias rodoviárias da freguesia. ----------

• **Vias Rodoviárias** ----------

- ✓ Reparação de caminho agrícola de acesso ao caminho municipal mil e quarenta e dois na zona do Burrazeiro; ----------
- ✓ Colocação de massas betuminosas em vias rodoviárias urbanas da freguesia; ----------

## *Freguesia da Orada* ----------

• **Infraestruturas** ----------

- ✓ Conclusão da substituição de rampas de acesso à garagem no Loteamento da Orada.

• **Arranjos exteriores** ----------

- ✓ Execução e fornecimento de trabalhos de cantaria para Chafariz na Orada. ----------
- ✓ Desmatação de bermas de vias rodoviárias da freguesia da Orada. ----------

- **Vias Rodoviárias** ----------
  - ✓ Reparação de vias com a colocação de tout-venant em caminhos públicos, nomeadamente, na Azinhaga dos Carris, Viçoso e Naves. ----------

***Diversos trabalhos executados no concelho***----------

- ✓ Recolha de mármores para trabalhos de cantaria; ----------
- ✓ Reparação de calçadas em diversos locais do concelho; ----------
- ✓ Mobilização e desmobilização de meios e equipamentos - festa de Santa Bárbara; -------
- ✓ Mobilização e desmobilização de meios e equipamentos - comemoração do "vinte e cinco de abril". ----------
- ✓ Lavagem de Molok´s em Borba e Rio de Moinhos; ----------
- ✓ Montagem e desmontagem de tenda no Jardim público - evento infantil relacionado com boas normas de higiene oral, em parceria com a Associação "Mundo a Sorrir"; ---

-------- **O presidente da Câmara Municipal** pediu ao senhor chefe de divisão António Passinhas que explicasse a análise financeira do município. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** pediu desculpa, e disse que o que estava em apreciação eram as atividades da Câmara. ----------

-------- **O deputado Joaquim Trincheiras** disse assinar por baixo da expressão utilizada na Assembleia Municipal de vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, pelo senhor presidente da Assembleia, que passou a citar " (...) Os meus pares, eu, e os elementos desta mesa, gostaríamos que os debates tivessem substância e não se resumissem a floreados retóricos tão inúteis quanto inconsequentes (...) ". Tendo no seguimento acrescentado que gostaria de ver o senhor presidente da Assembleia Municipal colocar em prática esse seu pensamento. ----------

-------- Disse estar esta sua intervenção relacionada com o facto do relatório de atividades para o período de doze de abril a seis de junho do corrente ano, nada mencionar sobre o facto de no passado dia dezasseis de abril do corrente ano, segundo informação transmitida pelo vereador que

representa o PS nas reuniões de Câmara, ter sido criada uma extensão da delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Vila Viçosa, em Borba, e acrescentou que, a ser essa situação verdadeira, gostava de ter mais informação sobre o assunto, nomeadamente " (...) quais são as condições, e se o município está envolvido na criação dessa delegação (...) ". ----------

-------- Em relação à proposta de alteração dos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, referiu ter sido proposto em janeiro que aquela proposta de alteração fosse analisada em junho, mas que tinham conhecimento ter sido " (...) pedido aos presidentes de Junta que esse acordo fosse analisado apenas em setembro (...) " e que nessa sequência gostaria de ter " (...) alguns esclarecimentos adicionais (...) " relativamente a esse assunto. ----------

------- Acrescentou que na sua opinião seis meses tinham sido suficientes para a análise da alteração a efetuar aos acordos de execução, e que por esse motivo pedia ao senhor presidente da Câmara que se pronunciasse sobre o assunto. ----------

-------- **O presidente da Assembleia Municipal** respondeu ao senhor deputado Joaquim Trincheiras ter apreciado o que tinha dito em relação à sua citação, e disse" (...) lamentavelmente, (...) não posso falar pela boca das outras pessoas (...) ". ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** informou ter o senhor diretor da Cruz Vermelha de Vila Viçosa, lhe apresentado a proposta de abrir uma extensão da delegação da Cruz Vermelha de Vila Viçosa em Borba, ao qual tinha respondido, " (...) não vejo inconveniente nenhum, desde que não colida com os meios existentes em Borba ". ----------

-------- Informou que tinha pedido informação aos serviços responsáveis pela saúde, de forma a saber o que poderia ser feito em termos protocolares. Disse que o interesse da Câmara era servir a população. A Câmara o que poderá fazer é dar as instalações. ----------

-------- Disse " (...) não estou preocupado em dizer que fui eu que fiz, estou preocupado em que seja feito e bem feito, seja feito não contra ninguém, mas a complementarmos uns aos outros". ----------

-------- Relativamente aos Acordos de Execução disse ter-se reunido com os quatro presidentes de junta de freguesia em junho e lhe ter comunicado que o valor a receber no ano de dois mil e catorze era igual ao que tinham recebido no ano de dois mil e treze, mas que, ainda assim, pediu aos

senhores presidentes de junta de freguesia que se manifestassem sobre o assunto. ----------

-------- Explicou, que aqueles Acordos tinham sido feitos de forma a resolver a situação das juntas de freguesia, as quais tinham os recebimentos dos meses de novembro e dezembro em atraso. ----------

-------- Referiu pretender estabelecer até trinta de setembro do corrente ano um acordo de vigência que lhe permita pagar às juntas de Freguesia. ----------

-------- Informou já ter sido calculada a verba a atribuir a cada junta freguesia, faltando agora especificar a distribuição da mesma por rubrica. ----------

-------- Disse ser sua obrigação " (...) dotar as juntas de freguesias dos meios que (...) precisam". ----------

-------- Disse que nunca iria tirar um "tostão" a nenhum presidente de junta, como lhe tinham feito a ele, " (...) por uma questão técnica, ou de pintura". ----------

-------- **O deputado Joaquim Trincheiras** dirigindo-se ao senhor presidente da Assembleia Municipal, mais concretamente, segundo disse, à frase " (...) não posso mandar calar as pessoas (...) ", disse que o senhor presidente da Assembleia Municipal podia informar os intervenientes de que tinham um determinado tempo, e estavam a exceder esse período de tempo, permitindo assim aos intervenientes ser mais sucintos. ----------

-------- Relativamente ao esclarecimento do senhor presidente da Câmara sobre a Cruz Vermelha perguntou " (...) sabia ou não sabia, quando esteve reunido com o presidente da Cruz Vermelha de Vila Viçosa, que havia movimentações em Borba, no sentido de criar uma delegação (...) da Cruz Vermelha em Borba. Só preciso que me diga sim ou não (...) ". ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao deputado Joaquim Trincheiras que estava habituado a ser interrogado e tranquilamente respondia. ----------

-------- Disse que o que estava feito era" (...) um protocolo/autorização que permitirá ou não, de acordo com as nossas necessidades, a instalação de uma extensão da delegação da Cruz Vermelha de Vila Viçosa em Borba (...) ". ----------

-------- Seguidamente disse ao deputado Trincheiras " (...), se estão preocupados com a questão da Cruz Vermelha, vamos a Lisboa e resolvemos esta questão (...) comigo não fazem "panelinha

nenhuma", entendem! mas se estão muito interessados em Borba (...), trabalhem para Borba (...), comigo não fazem farinha nenhuma". ----------

-------- **O deputado João Morgado** disse que relativamente aos protocolos, o senhor presidente da Câmara tinha reunido com os presidentes de Junta de Freguesia em abril e tinha dito aos mesmos " (...) vejam as rubricas, mas não alterem os valores (...) ". Explicou ao senhor presidente da Câmara que concordava com as rubricas, não estava era satisfeito com os valores atribuídos. ----------

-------- Acrescentou que após aquela reunião, ficou a aguardar um contacto por parte da Câmara Municipal, com a finalidade de ser estabelecido um acordo entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, e dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara disse" (...) você só enganou os que votaram em si, (...) os outros você não engana (...) ". Em continuação disse " (...) os presidentes de Junta ficaram para trás, (...), os presidentes de Junta representam pessoas, ao representarem pessoas, inclusivamente aquelas que votaram em si, voltaram a ficar novamente para trás (...) ". ----

-------- Referiu que ao abdicar juntamente com o tesoureiro do vencimento mensal a que tinham direito, em prol da Junta de Freguesia de Orada, tinha conseguido obter mais dinheiro que o recebido através do protocolo estabelecido com a Câmara Municipal. ----------

-------- Perguntou como é que tinha sido feita a adjudicação da limpeza das valetas, no concelho de Borba, e o valor que tinha sido pago, se tinha sido ao metro quadrado, ao metro linear, ou se tinha sido à hora. ----------

-------- **O deputado Joaquim Trincheiras** disse ao senhor presidente da Câmara " (...) apenas (...) perguntei sim ou não, (...) não era preciso mais nada! (...) ". ----------

-------- Afirmou que ninguém defendia mais Borba do que ele, e reiterou, podem defender de igual modo, mas não mais. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** disse ter a criticar o facto do senhor presidente da Câmara, não lhe ter dito nada sobre a criação de uma extensão da delegação da Cruz Vermelha de Vila Viçosa em Borba, e passou a explicar que numa reunião, que tinham tido, lhe disse" (...) atenção que está em marcha um processo, de criação de uma delegação da Cruz Vermelha em Borba (...) ". ----------

Tendo seguidamente informado ter recebido, na altura em que ocupou o lugar de presidente da

Câmara, uma proposta da delegação da Cruz Vermelha de Estremoz para criar uma extensão dessa delegação em Borba. ----------

-------- No que respeita aos Protocolos com as Juntas de Freguesia para os definir utilizou a expressão " (...) é lamentável (...) ". ----------

-------- Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara disse " (...) quero-lhe dizer aqui, olhos nos olhos, porque eu não sou daqueles que ando fora do sítio a dizer as coisas, quando tenho coisas a dizer digo-lhas na cara (...), o que eu lhe fiz a si, quando era presidente da Câmara, foi mais que justo! E sabe porquê senhor presidente? O senhor mentiu, (...) dentro desta Câmara há um relatório feito por técnicos (...) desta Câmara, que prova que o senhor não pintou a escola e queria receber o dinheiro (...) ". Acrescentando " (...) o senhor mandou esborretear as paredes (...) ". ----------

-------- **O deputado João Pedro** disse que a CDU sempre tinha defendido que os Protocolos com as Juntas deveriam ser alvo de uma monotorização e de uma avaliação no sentido de efetivamente ver o que era necessário melhorar, não só no ponto de vista da alteração das verbas de uma rubrica para as outras, mas ver na realidade do que é que as Juntas de Freguesia necessitam. ----------

-------- No seguimento disse pretender que o senhor vereador Serra falasse mais em pormenor naquela questão dos Protocolos com as Juntas de Freguesia. ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se ao deputado Ângelo de Sá, disse " (...) por norma não chamo nomes a ninguém e quando tiver que dizer alguma coisa, digo cara a cara (...) ".

-------- Disse não saber que existia a hipótese de ser instalada em Borba, uma delegação da Cruz Vermelha Portuguesa. Acrescentando que o que sabia era o que tinha falado com o deputado Ângelo de Sá numa reunião tida, por causa da duplicação de uma fatura da Mediaborba. ----------

-------- No seguimento disse" (...) não vou compactuar com conversas de treta, não estou habituado a isso! Estou farto de treta! Estou farto de cobardia! Estou farto de falta de respeito! Estou farto de babosices! Entendem!? (...) se têm alguma coisa a dizer que o digam, (...) mas aqui! Falem de coisas concretas (...) ". ----------

-------- Disse ao deputado João Morgado, que o valor cobrado por cada metro linear na limpeza das valetas foi de dez cêntimos. Acrescentando que no ano dois mil e dez tinha sido cobrado o valor de

treze cêntimos. ----------

-------- **O vereador Joaquim Serra** no que respeita à extensão da Cruz Vermelha em Borba, disse não competir à Câmara autorizar a criação de extensões ou de delegações, que aquele assunto ultrapassava a Câmara. Explicou que " (...) possivelmente, o que tinha havido tinha sido uma jogada de antecipação da delegação da Cruz Vermelha de Vila Viçosa, que criou aqui uma extensão, com a conivência da Cruz Vermelha regional ou nacional (...) ". Continuou dizendo que na sua opinião se tinham existido contactos anteriores a este, para a criação de uma delegação da Cruz Vermelha em Borba, as pessoas que estavam a tratar do assunto, deveriam pedir uma explicação, nomeadamente, porque é que tinha sido autorizada agora a criação de uma extensão. Afirmou não ter sido a Câmara " (...) vista nem achada (...) " na questão da criação da delegação, e explicou ter sido confrontada com um ofício a dizer que tinha sido criada uma extensão da delegação da Cruz Vermelha de Vila Viçosa em Borba, o qual pedia à Câmara Municipal de Borba algum apoio para a sua instalação. Acrescentou não ter esse apoio ainda sido concretizado, por dever ser tratado através de um protocolo, que será do domínio público. ----------

-------- Realçou o facto de ter sido " (...) a delegação da Cruz Vermelha de Vila Viçosa, que entendeu criar aqui uma extensão da delegação de Vila Viçosa (...) ". ----------

-------- **O vereador Nelson Sousa** interrompendo (...) disse que queria corrigir a informação " (...) por proposta da direção da delegação local de Vila Viçosa (...) ". ----------

-------- **O vereador Joaquim Serra** continuando, disse," (...) depois temos sim, é de avaliar o protocolo que vier a ser estabelecido com a extensão (...) ". ----------

-- No que respeita aos Protocolos com as Juntas de Freguesia disse " (...) estes protocolos (...) já os conheço há mais de vinte anos. (...) Aquele texto foi dos primeiros que a CDU fez com as Juntas de Freguesia. (...) Estão ultrapassados". ----------

-------- Salientou ter levado doze anos a dizer ao Dr. Ângelo de Sá que era necessário proceder à alteração daqueles protocolos, e que, os mesmos, deveriam ter sido reformulados há doze anos atrás. Disse que na sua opinião teriam de recuperar aqueles doze anos de atraso. Disse " (...) foi nestes últimos doze anos que as Juntas de Freguesia do concelho de Borba foram mais mal

tratadas; (...) se compararmos (...) as transferências para as Juntas de Freguesia em dois mil e em dois mil e um, eram superiores àquelas que são hoje (...) ". ----------

-------- Disse aos presidentes de Junta de Freguesia que " (...) num protoloco, ou num Contrato Inter-Administrativo, ou num Acordo, o mais importante nem sempre são as verbas, é necessário ver o que fica no acordo, o que é que a Câmara pode dar, pode não dar dinheiro, mas pode dar Recursos Humanos (...).". ----------

Seguidamente exemplificou, o antes referido, com o caso do couveiro que trabalha na freguesia de Orada. ----------

-------- Reafirmou que aqueles protocolos teriam de ser revistos, e através das propostas dos presidentes de Junta de Freguesia, seriam então elaborados os Acordos de Execução. ----------

-------- **O deputado João Morgado** disse ter entendido que a obra de limpeza das valetas tinha sido adjudicada por administração direta. Salientou o facto de também ter uma empresa, e que no concelho existiam mais empresas de prestação de serviços. ----------

-------- Dirigindo-se ao senhor vereador Serra disse" (...) não sou obrigado a compactuar com um protocolo que o senhor em doze anos não conseguiu mudar (...) ". No seguimento questionou " (...) se não vamos alterar os valores, para quê suspender o protocolo em junho? (...) ". ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** explicou ao deputado João Morgado, estarem a pretender construir um texto e encontrar áreas, nas quais poderia ser feita a entrega do dinheiro às Juntas de Freguesia, por cada freguesia ter áreas muito concretas e definidas. Adiantou estar esperançoso de no ano dois mil e quinze, já poder aumentar o valor a atribuir aos protocolos. Acrescentou que, na sua opinião, os presidentes de Junta de Freguesia, deviam receber o seu vencimento ao final do mês, pelo empenho e dedicação com que desenvolvem o seu trabalho. ----------

-------- Afirmou ter desde sempre a Câmara realizado um trabalho conjunto com as Juntas de Freguesia, nomeadamente quando era solicitado algum trabalho ou meio "extra". Acrescentou " (...) aquilo que os presidentes de junta pedirem, só se for impossível é que não se faz (...) "----------

-------- Disse ter sido a obra de limpeza das valetas do concelho de Borba efetuada por ajuste direto.

-------- Disse que aqueie executivo, sempre zelará pelas pessoas que habitam, trabalham, produzem e investem no concelho de Borba. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** disse ao senhor presidente da Assembleia que o direito de resposta se dá de imediato. ----------

-------- Dirigindo-se ao senhor vereador Serra disse " (...) eu não penalizei ninguém, nem persegui ninguém, apenas existia um relatório de um técnico desta Câmara que dizia que aquilo não estava em condições, não estava pintado, e resolvemos não pagar". ----------

-------- Perguntou ao senhor vereador Joaquim Espanhol " (...) se tinha negociado com uma ou três pessoas (...) " a limpeza das valetas. ----------

-------- **O vereador Joaquim Espanhol** explicou ter sido informado pelos serviços da Câmara Municipal de Borba de que em anos anteriores, nomeadamente no ano de dois mil e dez, pelo mesmo serviço tinha sido faturado treze cêntimos por metro linear. Continuou, dizendo ter na sequência negociado com uma empresa sediada no concelho de Borba o valor de adjudicação da obra, dez cêntimos por metro linear. ----------

-------- Terminou a sua intervenção informando terem sido limpos quarenta quilómetros e seiscentos metros de valetas, apesar de terem sido faturados somente quarenta quilómetros. ----------

-------- **O vereador Joaquim Serra** disse ao senhor deputado Ângelo de Sá " (...) lembro-me de termos falado nas reuniões de Câmara, e de eu ter dito, que o senhor não tinha competência para mandar suspender a verba. Porque aquela verba resultava de um protocolo assinado com uma Junta de Freguesia, e o protocolo estava em vigor (...). O que poderia ter feito era ter mandado suspender todo o protocolo e não só aquela verba. E tinha que ser a Câmara, não era o senhor presidente. (...) a Câmara é que tinha essa competência legal (...)". ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** disse ao senhor vereador Joaquim Serra, " (...) quando tomei aquela decisão, tomei-a com base num parecer jurídico (...) ". ----------

-------- Sugeriu ao senhor vereador Joaquim Espanhol, que futuramente " (...) falasse com a contratação pública, para aprender como deve fazer (...) ". ----------

-------- **O deputado João Morgado** disse ir fazer um reparo sobre o serviço de limpeza de valetas

efetuado, e passou a explicar, a equipa dos sapadores florestais, por norma, quando corta, recolhe o pasto, enquanto a limpeza realizada com o triturador deixa o lixo nas valetas, o que significa, segundo referiu, que quando chegarem as primeiras águas decerto vai haver problemas com o escoamento nas valetas. ----------

-------- **O deputado João Pedro** disse ao deputado João Morgado que o senhor vereador Joaquim Serra durante os últimos doze anos, não tinha mudado os protocolos, porque estava na oposição. ---

--------Tendo acrescentado, ter o senhor vereador Joaquim Serra apresentado diversas sugestões com o intuito dos mesmos serem alterados. ----------

-------- Perguntou ao vereador Joaquim Serra, se durante os últimos doze anos houve "ajustes diretos" do "estilo", dos que estavam ali a falar, para aquele ou para outro serviço. ----------

-------- **O vereador Joaquim Espanhol** disse ao senhor deputado Ângelo de Sá, que de acordo com informação facultada pela contratação pública a adjudicação a uma só empresa pode ser feita desde que o valor não ultrapasse os cinco mil euros. ----------

-------- Ao senhor deputado João Morgado, disse terem optado por aquele método de limpeza das valetas, porque os Sapadores Florestais não tinham capacidade para realizar todo o trabalho que era necessário efetuar. Adiantou terem os serviços da Câmara Municipal já sido alertados para a situação das valetas da freguesia de Orada, e não só, também para a necessidade de limpeza do pasto antes das primeiras chuvas. ----------

-------- **O vereador Joaquim Serra** disse ao senhor deputado João Pedro que sempre tinha feito propostas de alteração aos protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia, e que por não concordar, algumas vezes até tinha votado contra. ----------

-------- Afirmou ter havido muitas situações de ajuste direto no mandato anterior, e explicou que numa situação de quatro mil euros, não é necessário fazer ajuste direto, é sobre a fatura. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** disse que esperava não ter sido mal interpretado, e, passou a explicar, que só pretendia alertar para o facto de ser necessário algum cuidado em relação àquele tipo de situações. ----------

-------- Referiu estar preocupado com facto de algumas pessoas o terem abordado a informar que ao

interpelarem o senhor presidente da Câmara sobre os concursos de pessoal que tinham sido feitos pelo anterior executivo da autarquia, lhes era respondido pelo mesmo" (...) ter dois pareceres jurídicos, que dizem que os concursos estão ilegais, que está à espera de um terceiro parecer (...) ". Adiantou que gostaria de ser esclarecido sobre " (...) se existem, esses dois pareceres (...) ", e continuou " (...) se existem esses dois pareceres, estão a ser postos em causa os serviços da Câmara (...) " e recordou " (...) os serviços da Câmara que cá estão, são os serviços da Câmara que cá estavam (...) ". ----------

-------- Seguidamente pediu informação sobre o arranjo de uma estrada particular " Estrada do Monte Branco"- Santiago Rio de Moinhos, arranjo esse feito, " (...) entre a estrada do Alfaval e o Monte (...) ". Perguntou " (...) se nesta câmara se fazem trabalhos particulares, se foi pago ou não (...)? e se foi pago gostaria (...) de ter acesso ao orçamento que foi feito pelo técnico da Câmara (...) ". ----------

-------- Revelou preocupação, com uma informação que tinha visto numa ata da Câmara, sobre a adjudicação do "Plano de Emergência Municipal e Normas de Proteção de Edifícios". Tendo na sequência dito " (...) dentro desta Câmara existem técnicos que sabem que há planos desses feitos, aliás o Plano de Emergência estava em fase final, e há uma técnica desta Câmara que se chama engenheira Céu Franco, que sabe perfeitamente que estava na parte final (...) ". ----------

-------- Acrescentou, ainda, que na sua opinião existem técnicos dentro da Câmara com competências para elaborar as Normas de Proteção de Edifícios e terminarem o Plano de Emergência. Em continuação disse estar ainda mais preocupado com o facto de o técnico a quem pretendem adjudicar o serviço ser" (...) um técnico que (...) é funcionário público e desempenha a mesma função na Proteção Civil (...) ", logo pela função que desempenha ser "incompatível" com a realização desse serviço.----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** referiu que em virtude de terem surgido algumas dúvidas sobre os concursos de pessoal, efetuados pela autarquia, foram solicitados pareceres jurídicos sobre o assunto. Disse já ter em sua posse dois pareceres jurídicos dos serviços técnicos da autarquia, e aguardava pela chegada de um outro parecer jurídico. ----------

-------- No que respeita à adjudicação do Plano de Emergência Municipal e Normas de Proteção de Edifícios, disse que a pessoa em causa ia sair das funções que desempenhava na Proteção Civil. Que a proposta apresentada tinha sido analisada, e que tinha sido feito um acordo, o qual teria início logo que oportuno. Em continuação, reconheceu existirem técnicos na autarquia com capacidade para desempenhar o serviço antes referido. ----------

-------- **O vereador Joaquim Espanhol** relativamente ao arranjo do caminho particular do Monte Branco- Santiago Rio de Moinhos, disse " (...) quando nós estávamos a executar a estrada do Alfaval, a senhora do Monte Branco, esteve aqui (...) no atendimento e disse-me que já tinha consultado uma empresa ou duas (...), mas como era um trabalho pequeno (...) acabavam por nem lhe fazer orçamento. Informei que por norma nós não fazíamos esse tipo de trabalho (...), dado á situação, de não haver necessidade de deslocar meios (...), foi feito um orçamento por um técnico da Câmara (...), entregue á pessoa em causa e que a senhora aprovou. O orçamento ronda os mil e duzentos e tal euros, não sei precisar bem de momento o montante exato. O custo final da Câmara em material utilizado foi de seiscentos e tal euros (...) ". Terminou a sua intervenção dizendo ao senhor deputado Ângelo de Sá, que caso pretendesse o orçamento ser-lhe-ia o mesmo facultado. ----------

-------- **O deputado Ângelo de Sá** perguntou se os deputados poderiam ter acesso aos dois pareceres jurídicos relativos aos concursos de pessoal existentes no momento. ----------

-------- Pediu que lhe fosse facultado o orçamento da estrada do Monte Branco em Santiago Rio de Moinhos. ----------

-------- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao senhor chefe de divisão, para informar os presentes da situação financeira do município até ao presente dia. ----------

-------- **O Chefe de Divisão António Passinhas** disse que aquele relatório financeiro se reportava a cinco meses de execução janeiro a maio do ano de dois mil e catorze. ----------

-------- No que respeita à execução da receita, disse que as receitas correntes têm uma execução na ordem dos 41,5% (quarenta e um e meio por cento), e as receitas de capital na ordem dos 20% (vinte por cento), o que totaliza 35,5% (trinta e cinco e meio por cento), nos primeiros cinco meses

do ano. Referiu que se a execução se cifrasse em 41,5% (quarenta e um e meio por cento), estaríamos no limite máximo do orçamento, logo existe aqui uma folga orçamental. Acrescentou que todas as rubricas tinham contribuído para aquela execução, no entanto realçou que a rubrica que mais se destacava era a dos impostos diretos (IMI). ----------

-- No que respeita à execução da despesa disse que as despesas correntes rondavam os 34,5% (trinta e quatro e meio por cento), e as despesas de capital os 43,5% (quarenta e três e meio por cento), o que totaliza cerca de 37% (trinta e sete por cento). Adiantou que a rubrica que tinha fraca execução era a rubrica de transferências de capital, que não tinham qualquer execução, mas o valor que estava previsto em orçamento era um valor substancialmente pequeno, face ao orçamento total, cerca de quarenta mil euros, para o qual ainda não tinha havido execução. ----------

-------- No que respeita à execução de dívidas a terceiros de curto prazo, informou que o município tinha iniciado o ano com um montante muito próximo dos dois milhões de euros em dívida, e no final de maio, esse montante foi reduzido para um milhão e trezentos mil euros. ----------

--------Relativamente aos empréstimos bancários, informou estarem a ser cumpridos os pagamentos, as amortizações de acordo com o serviço da dívida. Informou ter sido o ano iniciado com o montante de nove milhões e setecentos mil euros de dívida, cifrando-se no final de maio em mais ou menos nove milhões e trezentos mil euros. Explicou estarem aquelas amortizações já previstas nos contratos. ----------

-------- Relativamente à dívida total, explicou que tinham iniciado o ano, de acordo com a definição que a lei das finanças locais atribui, com a dívida acima do limite permitido em quase dois milhões e oitocentos mil euros. Por último, realçou o facto de no final de maio a dívida se cifrar em dez milhões e quinhentos mil euros. ----------

-------- **O deputado João Pedro** disse " (...) é lamentável que o concelho de Borba chegasse a este ponto. (...) Um concelho que tem vindo a perder população, nas últimas décadas e onde a habitação, é um dos principais fatores de fixação das populações (...), que seja o IMI (...), a contribuir com o maior bolo das receitas neste concelho (...) ". ----------

--------**O presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as

quatro minutas dos pontos da ordem de trabalhos. Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade.----------

-------- Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. ----------

**O Presidente da Assembleia Municipal**

Luiz Manuel dos Santos Bimbo

**O Primeiro Secretário**

Ricardo Jorge Brinquete Lapão

**O Segundo Secretário**

Célia Maria Matos Alpalhão